



MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL
Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares- nºs 13/14 – Brasília/DF CEP 71608-030
fone: 0xx61 2024 9542 fax: 0xx61 2024-9541

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO SRP

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de óleo lubrificante da marca Mobil Jet Oil 254 e de fluído hidráulico, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada
1	Latas de 946ml de óleo lubrificante da marca Mobil JetOil 254.*	Unidade	240 (latas)
2	Fluído hidráulico, aeronáutico com a especificação MIL –H-83282(equivalente: MIL-PRF-83282). **	Litros	45,4 litros (12 US Gal)
3	Fluído hidráulico aeronáutico com a especificação MIL-H-5606 (equivalente: MIL-PRF-5606).***	Litros	45,4 litros (12 US Gal)

*01(uma) caixa do produto contém 24 latas de 946 ml de óleo lubrificante.

** Equivale a 02(duas) caixas contendo 24 latas de 946 ml de fluído hidráulico.

*** Equivale a 02(duas) caixas contendo 24 latas de 946 ml de fluído hidráulico.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 A aquisição visa atender as necessidades de manutenção dos helicópteros Esquilo da frota da Coordenação de Aviação Operacional, da Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal – CAOP/DIREX/DPF.

2.2 Atualmente a CAOP/DIREX/DPF opera quatro aeronaves Helibrás Esquilo, dois AS350 B2 (monoturbina), matrículas PT-HZH e PR-HFA, e dois AS355 N (biturbina), matrículas PR-HFC e PR-HFD. Os itens que necessitam de lubrificação são, portanto, 02 (duas) turbinas Turbomeca Arriel 1D1 (aeronaves PR-HFA e PT-HZH), 04 (quatro) turbinas Turbomeca Arrius (aeronaves PR-HFC e PR-HFD), 04 (quatro) caixas de transmissão principal (uma para cada aeronave), e 04 (quatro) caixas de transmissão de rotor de cauda. O óleo lubrificante é material de uso obrigatório ao funcionamento destes motores e caixas de transmissão.

2.3 A quantidade a ser adquirida tem parâmetros na capacidade dos reservatórios das quatro aeronaves de modelo ESQUILO que utilizam 06 (seis) motores fabricados pela empresa francesa Turbomeca, e na vantagem de se manter em almoxarifado quantidade suficiente para abastecer as aeronaves, em casos de eventuais vazamentos, queda nos níveis dos reservatórios devido ao consumo por funcionamento do motor, e demais procedimentos de manutenção que prevejam sua substituição, conforme documentos juntados no processo de aquisição e conforme previsão de consumo de óleo lubrificante para os helicópteros. Considerando, ainda, que a ausência de óleo em almoxarifado pode resultar na paralisação da atividade de alguma das aeronaves pelo tempo necessário à aquisição por processo licitatório, com prejuízos às atividades da CAOP e às Unidades do DPF que ficarão sem contar com apoio aéreo em operações policiais.

2.4 Da necessidade de marca específica quanto ao lubrificante de motor (item 1)

2.4.1 Embora existam outras marcas de óleo comercializadas no mercado nacional que reproduzem as especificações recomendadas pelo fabricante dos motores, a marca indicada no objeto deste termo de referência (Mobil JetOil 254) é a que está sendo utilizada atualmente nas aeronaves desta Coordenação.

2.4.2 Considerando que a mistura de óleos de marcas diferentes é vedada pelo fabricante (conforme descrito abaixo, e especificações técnicas juntadas - anexo II); e que a troca de marca só é possível com a realização de um procedimento de manutenção conhecido como “Flush” ou “Rinse” (drenar todo o óleo da turbina; descartar, completar com o novo óleo, funcionar a turbina da aeronave por 5 minutos, drenar todo o óleo novamente e descartar, e completar pela segunda vez com novo óleo) conforme descrito no manual da turbina Arriel 1D1 (em anexo):

“Rinse the oil system:

(...)

- If a new synthetic oil is used and if it has a diferente specification, a diferente mark, a diferente NATO symbol or a diferente category within the same symbol (...) (GRIFAMOS)

(TURBOMECA ARRIEL 1D1 MAINTENANCE MANUAL, pág 1102)

“B. Rinsing of the oil system

(1)Procedure

(a) Fully drain the oil system

(...)

(e) Add oil to a level superior to the level of the low warning light
(...)

(f) Do a ground run for 5 minutes with the oil teperature at 40°C(104°F) minimum.

(g) Fully drain the oil system (including the oil filter) (...)

(...)

(i) Replace the oil filter(...)

(...)

(k) Add oil to a level superior to the level of the low oil warning light”

(TURBOMECA ARRIEL 1D1 MAINTENANCE MANUAL, pág 1102-1103)

2.4.3. Portanto, a simples troca de marca de óleo implicaria – por si só – na realização de um procedimento em cada aeronave, que consumiria um total de 61 latas de óleo – 25% do total a ser adquirido – pois seria necessário 12,4 litros de óleo para fazer o “rinse” em cada uma das aeronaves mono-turbina, e 18 litros de óleo para cada aeronave bi-turbina, que custaria – só em lubrificantes - um valor aproximado de R\$ 7.625,00 (sete mil seiscentos e vinte e cinco reais) considerando-se o valor pago na última aquisição (além da substituição dos filtros e mão-de-obra especializada para realização do serviço). Dessa forma, reputa-se absolutamente antieconômico trocar a marca de óleo. Ressalte-se, outrossim, que o produto da referida marca é comercializado por vários fornecedores em território nacional, permitindo, portanto, a concorrência de preço entre diferentes fornecedores.

2.5 Quanto à escolha do SRP

2.5.1 A escolha da realização deste registro de preços para a contratação em questão foi motivada pelos incisos I do Artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013¹.

2.5.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme previsto no art. 16 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013².

3 DAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. As especificações técnicas do óleo lubrificante Mobil Jet Oil254 constam na ficha técnica do produto divulgada no site da empresa ExxonMobil no Brasil, na internet (http://mobil.cosan.com/sites/default/files/produtos/mobil_jet_oil_254_msds_2014.pdf), acessado em 12.07.2014 e constitui o **Anexo I**, deste Termo de Referência.

3.2. O fluido hidráulico segue a especificação técnica no padrão MIL-H-83282, ou seu equivalente MIL-PRF-83282 (para o item 1.2), e MIL-H-5606, ou seu equivalente MIL-PRF-5606 (para o item 1.3) de acordo com a especificação de fluido hidráulico constante no manual de manutenção das aeronaves Helibras Esquilo AS355N (para o item 1.2) e Helibras Esquilo 350B2 (para o item 1.3).

3.3. Todo o óleo lubrificante e fluido hidráulico a ser adquirido deverá estar registrado na Agência Nacional de Petróleo, ter prazo de validade para utilização superior a 12 meses e garantia do fabricante válida. As embalagens deverão ser as originais do fabricante, estar em perfeito estado de conservação, sem avarias, sem vazamentos, sem amassados, com todas as inscrições intactas e legíveis, sem sinais de adulteração ou desgaste pelo mau acondicionamento. Os bens deverão estar acompanhados por Manual de especificação/características do produto e do Manual do usuário, quando houver.

¹ “Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;”

² “Art. 16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.”

4. DA CLASSIFICAÇÃO DE BEM COMUM

4.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais praticadas no mercado em que se inserem.

5. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.1. O DPF nomeará servidor para receber os bens e atestar das Notas fiscais.

5.2. O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias, contados do(a) a partir do recebimento da Nota de Empenho de Despesa, em remessa única no seguinte endereço: Coordenação de Aviação Operacional/DPF, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hangar 13/14, Lago Sul/Brasília/DF.

5.3. Os bens serão recebidos:

5.3.1. Provisoriamente, na data da entrega, após a verificação da quantidade, das condições das embalagens e dos documentos fiscais que os acompanham; e,

5.3.2. Definitivamente, após análise da conformidade, a ser realizada com apoio de empresa que presta serviços de assessoria aeronáutica ao DPF.

5.3.3. Reputar-se-á como consumada a aceitação, após 07 (sete) dias consecutivos do recebimento provisório, caso o DPF não promova o recebimento definitivo neste prazo.

5.4. O DPF rejeitará, no todo ou em parte, os bens em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, ou desacompanhados dos documentos fiscais.

5.5. No caso de ocorrência de situação descrita no item anterior, os bens rejeitados deverão ser substituídos em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da comunicação, correndo às suas expensas quaisquer custos advindos da substituição.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

6.1. Os bens deverão ser entregues, entre 08:30h e 17:30h, no endereço:

<p align="center">COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL/DPF</p> <p align="center">Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hangar 13/14,</p> <p align="center">Lago Sul, Brasília/DF</p> <p align="center">CEP 71.608-900.</p> <p align="center">Fone: 0 xx 61 2024 9540</p>

7. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

7.1. O custo estimado para aquisição foi obtido a partir da média dos orçamentos apresentados pelos fornecedores (vide anexo III), no valor **de R\$ 53.870,00 (cinquenta e três mil e oitocentos e setenta reais)**, conforme mapa comparativo de preços, a seguir:

Item	Especificação	Quantidade		Colubri- ficante	JKS Lubrificants	Marcos Pizzani Suprimentos	Bel Lube	Proativa	Preço Médio
1	Latas de 946ml de óleo lubrificante da marca Mobil JetOil 254.	240 latas*	Valor Unitário (lata)	_____	_____	R\$ 142,05	R\$ 187,50	R\$ 210,00	R\$ 179,85
			Valor Total	_____	_____	R\$ 34.094,10	R\$ 45.000,00	R\$ 50.400,00	R\$ 43.164,00
2	Fluido hidráulico, aeronáutico com a especificação MIL –H-83282(equivalente: MIL-PRF-83282).	45,4 litros (12 US Gal)**	Valor Unitário	R\$ 95,83(lata)	_____	R\$360,00 (galão)	_____	_____	R\$ 4.460,00
			Valor Total	R\$ 4.600,00 (02 caixas)	_____	R\$ 4.320,00 (12 US Gal)	_____	_____	
3	Fluido hidráulico aeronáutico com a especificação MIL-H-5606 (equivalente: MIL-PRF-5606).	45,4 litros (12 US Gal)***	Valor Unitário	_____	R\$ 360,00	R\$ 573,50	_____	R\$ 628,00	R\$ 520,50
			Valor Total	_____	R\$ 4.320,00	R\$ 6.882,00	_____	R\$ 7.536,00	R\$ 6.246,00
VALOR TOTAL ESTIMADO									R\$ 53.870,00

*01(uma) caixa do produto contém 24 latas de 946 ml de óleo lubrificante.

** Equivale a 02(duas) caixas contendo 24 latas de 946 ml de fluido hidráulico em cada uma.

*** Equivale a 02(duas) caixas contendo 24 latas de 946 ml de fluido hidráulico em cada uma.

8. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas para a aquisição correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Departamento de Polícia Federal, condicionada à disponibilidade orçamentária.

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA MELHOR PROPOSTA

9.1. O critério de escolha da melhor proposta será o menor preço, por item.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

10.1. Efetuar a entrega dos bens especificados em perfeitas condições de conservação, no prazo e local indicados pelo DPF e acompanhados da respectiva documentação fiscal.

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12 a 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, os bens rejeitados;

10.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

10.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO DPF

11.1. Receber os bens entregues em conformidade com as condições previstas neste Termo de Referência;

11.2. Aceitar os bens não rejeitados, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

11.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Empresa, através de servidor especialmente designado;

11.4. Notificar a Empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, fixando prazo para a sua correção;

11.5. Efetuar o pagamento no prazo de 30 dias após o recebimento definitivo.

12. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será de 30(trinta) dias, contados a partir da apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02(duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal a ser designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa contratada.

13.1.1 Os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00(oito mil) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

13.2.1 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

13.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.4 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta *on line* ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificação a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento. Ainda antes de cada pagamento e de cada prorrogação contratual, se houver, será consultada a regularidade trabalhista (via CNDT) da empresa.

13.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

13.5.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

13.6 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada.

14. DOS ENCARGOS MORATÓRIOS

14.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atras, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6%(seis por cento) ao ano, ou 0,5%(meio por cento) ao mês, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de compensação financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

14.2. Na hipótese do pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, que serão submetidos à apreciação da autoridade superior competente. Esta adotará as providências no sentido de verificar ser ou não caso de apuração de responsabilidade, identificará os envolvidos e haverá imputação de ônus a quem deu causa, resguardado o direito ao contraditório e ao devido processo legal.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Empresa que,

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o instrumento equivalente ao contrato;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.4. Cometer fraude fiscal;

15.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Termo de Referência.

15.2. A Empresa que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos;

15.2.2. Multa:

15.2.2.1. Moratória de até 0,2 % (zero vírgula dois décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da aquisição, até o limite de 30 (trinta) dias; ou até 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

15.2.2.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho de Despesa, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total da Nota de Empenho de Despesas.

15.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o DPF, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

15.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.4. A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Departamento de Polícia Federal.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Instrumento equivalente ao contrato.

15.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

15.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do processo de contratação;

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à DPF serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16. DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A Empresa deverá observar o disposto no art. 5º, inciso III, da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

Brasília/DF, 06 de abril de 2015.

ANEXOS:

I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO ÓLEO MOBIL JET OIL 254

II – EXCERTO DO MANUAL DE MANUTENÇÃO DA TURBINA TURBOMECA ARRIEL 1D1

III – PROPOSTAS DE ORÇAMENTO ENCAMINHADAS PELAS EMPRESAS

IV – PREVISÃO DE CONSUMO DE ÓLEO PARA OS HELICÓPTEROS

ELABORADO POR:

Guilherme de Almeida Irber
Agente de Polícia Federal

CONFERIDO POR:

DE ACORDO.

Vanderlei Gomes Barreiros

Delegado de Polícia Federal

Chefe do SMAN CAOP/DIREX

Wellington Soares Gonçalves

Delegado de Polícia Federal

Coordenador de Aviação Operacional

Aprovo o presente Termo de Referência visando atender às necessidades da Coordenação de Aviação Operacional conforme justificativas apresentadas no item 02.

Rogério Augusto Viana Galloro

Delegado de Polícia Federal

Diretor Executivo